



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração a distância

NAYLA FONSÊCA DA SILVA PINTO

**RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL E MERCOSUL: uma
visão sobre o agronegócio brasileiro.**

Brasília – DF

2011

NAYLA FONSÊCA DA SILVA PINTO

**RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL E MERCOSUL: uma
visão sobre o agronegócio brasileiro.**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB)
como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Administração.

Professor Orientador: Vanauey Ferreira Vieira

Brasília – DF

2011

Pinto, Nayla Fonsêca da Silva.

Relações Comerciais Brasil e Mercosul, uma visão sobre o agronegócio brasileiro / Nayla Fonsêca da Silva Pinto. - Brasília, 2011.

49 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2011.

Orientador: Prof. Vanauey Ferreira Vieira, Departamento de Administração.

1. Introdução. 2. Referencial Teórico. 3. Métodos e Técnicas de Pesquisa. 4. Resultados e Discussão. 5. Conclusões e Recomendações.

NAYLA FONSÊCA DA SILVA PINTO

**RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL E MERCOSUL: uma
visão sobre o agronegócio brasileiro.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho
de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de
Brasília do (a) aluno (a)

Nayla Fonsêca da Silva Pinto

Prof. Espec. Vanauey Ferreira Vieira
Professor-Orientador

Prof. MSc Pedro Henrique
Albuquerque
Professor-Examinador

Brasília, 09 de abril de 2011.

Dedico este trabalho aos meus pais, que estiveram comigo desde o começo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os tutores que me ajudaram desde o início do curso. Agradeço, especialmente, ao tutor Vanauey Ferreira Vieira pelo auxílio no desenvolvimento deste trabalho.

Nada há de mais poderoso do que uma idéia
que chegou no tempo certo. (Victor Hugo)

RESUMO

Setor responsável por registrar um saldo comercial de US\$ 63 bilhões em 2010, o correspondente a um aumento de 15% sobre o valor registrado em 2009, o agronegócio brasileiro conseguiu manter a importância econômica adquirida no século XVI com a extração do pau-brasil. Atualmente, o principal produto da pauta deste setor é a soja, que foi responsável por um saldo de US\$ 17 bilhões na balança comercial de 2010, o maior registrado entre todos os produtos do agronegócio brasileiro. Dentro desse contexto, no qual este setor é de grande importância para a economia do Brasil, este trabalho tem o objetivo de avaliar como se seguiram as relações comerciais mantidas entre o Brasil e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), especialmente no que diz respeito ao impacto que as mesmas tiveram sobre as cadeias do agronegócio brasileiro. Para tanto, será caracterizado o período histórico no qual são dados os primeiros passos para a constituição do Mercosul, avaliado as relações comerciais Brasil x Mercosul, explicado a situação do agronegócio brasileiro frente às exigências do Mercosul, e diagnosticado a situação atual do agronegócio brasileiro.

Palavras-chave: Regionalização. Mercosul. Liberalização comercial. Agronegócio brasileiro.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 - Balança comercial Brasil-Mercosul 1989-2010. Fonte: SECEX/MDIC	13
Tabela 2 - Balança comercial detalhada 1989-2010. Fonte: SECEX/MDIC..	36
Tabela 3 - Principais países importadores do Brasil 2010. Fonte: SECEX/MDIC.	37
Tabela 4 - Principais países exportadores para o Brasil 2010. Fonte: SECEX/MDIC.	37
Gráfico 1 - Principais mercados fornecedores ao Brasil 2010. Fonte: SECEX/MDIC.	38
Gráfico 2 - Principais mercados de destino das exportações brasileiras 2010. Fonte: SECEX/MDIC.	39
Tabela 5 - Balança comercial do agronegócio 2009/2010. Fonte: AgroStat a partir dos dados da SECEX/MDI	41
Gráfico 3 - Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio 1989/2009. Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC.	42

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Contextualização.....Error! Bookmark not defined.	
1.2	Formulação do problema.....	14
1.3	Objetivo Geral	14
1.4	Objetivos Específicos	14
1.5	Justificativa	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Integração no mundo	16
2.1.1	Etapas da integração	21
2.1.1.1	Zona de Livre Comércio.....	21
2.1.1.2	União Aduaneira	22
2.1.1.3	Mercado Comum.....	23
2.1.1.4	União Econômica e Monetária	24
2.1.2	Exemplo europeu.....	25
2.2	Integração no Brasil.....	27
2.2.1	Mercosul	28
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	32
3.1	Caracterização do setor	32
3.2	Tipo e descrição geral da pesquisa (técnicas de pesquisa ou estratégias escolhidas para coletar os dados).....	33
3.3	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	33
3.4	Procedimentos de coleta e de análise de dados	34
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	44
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) tem hoje no Brasil o seu maior representante político e econômico. Além de possuir a maior economia do bloco, o Brasil, como integrante da Organização Mundial do Comércio (OMC), conseguiu, por meio de seu prestígio e voz na comunidade internacional, colocar em evidência os interesses de seu grupo frente ao comércio mundial.

Entretanto, a atual situação vivida pelo bloco e pelos seus países membros quase não existiu. Desde que foi assinado o Tratado de Assunção - em 26 de março de 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - que deu origem ao Mercosul, várias foram as dificuldades enfrentadas.

De acordo com o referido tratado, o mercado comum constituído, que pressupunha a livre circulação de mercadorias, serviços e fatores de produção (trabalho e capital), deveria começar a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1995. Contudo, até 1995, o novo bloco não cumpria os critérios para a formação do mercado comum, tendo os seus avanços se restringidos à liberalização do comércio intra-regional e ao estabelecimento de uma tarifa externa comum.

Esses entraves foram apenas os primeiros a serem auferidos no processo de regionalização do bloco, cujos países membros encontravam-se em níveis de integração econômica e motivações diferenciadas.

Quando os países signatários do tratado finalmente aceitaram que uma livre e fluida relação comercial com os seus vizinhos - por meio do abandono da política de substituição de importações e reserva de mercado que anteriormente os caracterizavam - era a condição indispensável para que tivessem força no comércio internacional; a crise financeira mundial de 2008, ao dificultar o acesso ao crédito internacional, tornou-se mais uma barreira para o desenvolvimento do bloco.

A despeito desse contexto de dificuldades internas de implementação e empecilhos externos, as transações comerciais envolvendo o Brasil e os

outros países membro do Mercosul cresceram consideravelmente nos últimos anos, conforme os dados provenientes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) concernentes ao intercâmbio comercial brasileiro com o Mercosul, contidos na tabela 1.

Contudo, não foram apenas as relações mantidas com os parceiros de Mercosul que melhoraram, a balança comercial do Brasil aumentou como um todo nesses últimos 20 anos de bloco, especialmente no que diz respeito ao agronegócio.

Embora sempre tenha tido destaque considerado na economia brasileira, o agronegócio brasileiro bateu recordes em 2010 ao ter registrado saldo comercial de US\$ 63 bilhões, enquanto o saldo total brasileiro ficou em US\$ 20 bilhões.

Assim sendo, o trabalho foi estruturado de forma que, além desta introdução, há o desenvolvimento do referencial teórico, no qual o assunto que dá embasamento ao problema é separado em dois tópicos complementares, no segundo capítulo. O terceiro capítulo explica a metodologia utilizada. No quarto capítulo é apresentado os resultados da pesquisa e as discussões que dão fundamento a decisão. Por fim, no quinto e último capítulo, são tecidas as conclusões e recomendações.

		INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO					RT_101		
		MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL					09/03/2011		
							US\$ F.O.B.		
A n o	E x p o r t a ç ã o			I m p o r t a ç ã o			R e s u l t a d o s		
	US\$ F.O.B. (A)	Var. %	Part. % (**)	US\$ F.O.B. (B)	Var. % (*)	Part. % (**)	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cobertura (A/B)
1989	1.379.717.221	---	4,01	2.191.679.110	---	12,00	-811.961.889	3.571.396.331	0,63
1990	1.320.244.279	-4,31	4,20	2.311.826.777	5,48	11,19	-991.582.498	3.632.071.056	0,57
1991	2.309.352.601	74,92	7,30	2.242.704.519	-2,99	10,66	66.648.082	4.552.057.120	1,03
1992	4.097.469.283	77,43	11,45	2.226.563.468	-0,63	10,84	1.868.905.815	6.326.032.751	1,84
1993	5.386.909.641	31,47	13,97	3.378.254.340	51,59	13,38	2.008.655.301	8.765.163.981	1,59
1994	5.921.475.981	9,92	13,60	4.583.270.397	35,67	13,86	1.338.205.584	10.504.746.378	1,29
1996	7.305.281.948	18,71	15,30	8.301.547.326	21,30	15,56	-996.265.378	15.606.829.274	0,88
1997	9.045.110.950	23,82	17,07	9.426.133.443	13,55	15,78	-381.022.493	18.471.244.393	0,96
1998	8.878.233.843	-1,84	17,36	9.416.203.081	-0,11	16,30	-537.969.238	18.294.436.924	0,94
1999	6.778.178.415	-23,65	14,12	6.719.244.536	-28,64	13,63	58.933.879	13.497.422.951	1,01
2000	7.739.599.181	14,18	14,04	7.796.208.525	16,03	13,96	-56.609.344	15.535.807.706	0,99
2001	6.374.455.028	-17,64	10,94	7.009.674.042	-10,09	12,61	-635.219.014	13.384.129.070	0,91
2002	3.318.675.277	-47,94	5,49	5.611.720.224	-19,94	11,88	-2.293.044.947	8.930.395.501	0,59
2003	5.684.309.729	71,28	7,77	5.685.228.972	1,31	11,76	-919.243	11.369.538.701	1,00
2004	8.934.901.994	57,19	9,24	6.390.492.978	12,41	10,17	2.544.409.016	15.325.394.972	1,40
2005	11.746.011.414	31,46	9,91	7.053.699.272	10,38	9,58	4.692.312.142	18.799.710.686	1,67
2006	13.985.828.343	19,07	10,15	8.967.386.709	27,13	9,82	5.018.441.634	22.953.215.052	1,56
2007	17.353.576.477	24,08	10,80	11.624.752.344	29,63	9,64	5.728.824.133	28.978.328.821	1,49
2008	21.737.308.031	25,26	10,98	14.934.111.721	28,47	8,63	6.803.196.310	36.671.419.752	1,46
2009	15.828.946.773	-27,18	10,35	13.107.441.700	-12,23	10,26	2.721.505.073	28.936.388.473	1,21
2010	22.601.500.959	42,79	11,19	16.619.771.270	26,80	9,15	5.981.729.689	39.221.272.229	1,36

Obs: (*)	VAR % => CRITERIO DE CALCULO: Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / Mensal = Sobre o mês anterior.
(**)	PART. % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil
	IMPORTAÇÃO => Base ALICE - Fev/11, País de Origem. Dados definitivos até Dez/06. Dados preliminares para os meses seguintes.
	EXPORTAÇÃO => Base ALICE - Fev/11, País de Destino Final.

Tabela 1 - Balança comercial Brasil-Mercosul 1989-2010. Fonte: SECEX/MDIC

1.1 Formulação do problema

Em um cenário de regionalização econômica responsável pela criação de um bloco que incentiva a eliminação das barreiras tarifárias de seus produtos, a constituição do Mercosul impactou positivamente o agronegócio brasileiro?

1.2 Objetivo Geral

O trabalho tem o objetivo de avaliar como se seguiram as relações comerciais mantidas entre o Brasil e o Mercosul, especialmente no que diz respeito ao impacto que as mesmas tiveram sobre as cadeias do agronegócio brasileiro.

1.3 Objetivos Específicos

1. Caracterizar o período histórico no qual são dados os primeiros passos para a constituição do Mercosul;
2. Buscar entender as particularidades que caracterizaram os anos iniciais do Mercosul;
3. Avaliar as relações comerciais Brasil x Mercosul;
4. Explicar a situação do agronegócio brasileiro frente às exigências do Mercosul; e
5. Diagnosticar a situação atual do agronegócio brasileiro.

1.4 Justificativa

Uma vez que os produtos que compõe o agronegócio brasileiro sempre foram importantes forças motoras para a economia nacional - como visto nos ciclos da cana-de-açúcar, do cacau, do café, etc. -, a escolha desse tema deu-se em razão da importância que este setor tem na pauta das relações comerciais brasileiras.

Desta forma, será tratado como um setor que apresenta historicamente bons resultados nas suas balanças comerciais reagiu à criação do Mercosul.

Assim sendo, essa questão será trabalhada com o objetivo de contribuir para estudos futuros sobre esse tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O crescente processo de globalização econômico, social e tecnológico que a sociedade vem vivenciando ao longo dos anos ajudou a estabelecer uma integração maior entre os países e as pessoas do mundo todo. A globalização das relações econômicas, em especial, fundamentada em um crescimento sem precedentes do capitalismo, proporcionou o surgimento de uma nova ordem mundial caracterizada, segundo Praxedes & Piletti (2002), pelo fim da guerra fria, o incremento da guerra comercial entre empresas e países e a formação de grandes blocos econômicos regionais.

Apesar da aparente contradição, a globalização – ao pressupor ampla liberdade de comércio - e o surgimento de blocos econômicos - ao exigir algum sistema de preferência entre os membros, contrariando dessa forma a lógica liberal - coexistem na medida em que, de acordo com as observações de Pimentel (1998), através da participação em blocos, os Estados podem reforçar a sua capacidade competitiva para enfrentar a concorrência acirrada em mercados globalizados. Além do aumento do poder de negociação, a existência em blocos possibilita aos seus países membros uma aceleração do ritmo de crescimento econômico, assim como uma formulação de políticas econômicas nacionais mais coerente.

2.1 Integração no mundo

Embora tenha uma abrangência global - no curso das três últimas décadas, reformas políticas econômicas vêm sendo implementadas na maioria dos países para que estes possam se inserir mais fortemente no contexto econômico mundial -, o processo integracionista é relativamente recente na história da humanidade, tendo se iniciado de fato na Europa pós II Guerra Mundial.

A despeito de sua contemporaneidade e dos empecilhos criados nas rodadas de negociações multilaterais por algumas economias mundiais, a importância dos blocos econômicos é tamanha que a década de 90 ficou marcada pelo grande número de acordos regionais de comércio feitos, tendo sido contabilizadas 76 áreas de livre comércio em todo o mundo. Conforme Albuquerque (2002), a noção de blocos foi moeda corrente no início da década de 90, forjada a partir da expectativa de que, com o fim da polarização política e militar, os interesses econômicos iriam predominar nas relações internacionais.

Assim sendo, seguindo o modelo criado pelos países da Europa Ocidental, que se concentrava, conforme explica Vaz (2002), em valorizar e explorar oportunidades decorrentes da proximidade geográfica como parte fundamental de suas estratégias de inserção no contexto de política e da economia internacional, outros países se organizaram em blocos com o intuito de protegerem seus interesses econômicos. Dessa forma, em 1995, já existiam quatro blocos econômicos importantes, em formas de atuação e formação distintas. Sendo eles: APEC, Mercosul, Nafta e União Européia.

Dessa forma, é possível deduzir que as transformações sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas a nível mundial nas últimas décadas transformaram as economias nacionais, que passaram a se direcionar à internacionalização de seus mercados. Atualmente é possível afirmar que todas as economias mundiais, compartilhando da vontade comum de superar rivalidades do passado, baseado em contigüidade geográfica e pressupostos ideológicos (Seitenfus, 1992), se envolveram de algum modo no processo de integração econômica formando blocos econômicos, com a finalidade de obter os benefícios que advém dessas uniões.

Na América Latina esse fenômeno contribuiu para um incremento sensível do comércio regional, o que resultou ser mais benéfico para a balança comercial de seus Estados membros do que se tivesse sido incentivada uma abertura radical para o exterior. Contudo, há uma certa controvérsia referente a quando esse processo realmente se iniciou na região.

Muitos acreditam que a integração latino-americana teve início com Simón Bolívar (1783-1830) em 1826, ano em que o general venezuelano convocou as nações ibero-americanas para o Congresso Anfictiônico do Panamá, que decisivamente contribuiu para o processo de independência de vários países latino-americanos no século passado, antevendo ser a integração o único caminho para o sucesso econômico e cultural da América Latina (Almeida, 2002).

Apesar de seus esforços, a integração almejada na época não foi alcançada, fazendo com que a integração hoje vivida na América Latina seja devida a bem sucedida experiência européia, bem como ao favorável ordenamento econômico mundial.

No entanto, ao contrário do modelo europeu – que buscou, antes de tudo, acabar com as rivalidades históricas de seus membros e harmonizar suas diferenças internas, para só então trabalhar em busca dos benefícios advindos da integração -, a América Latina foi pelo caminho oposto. A integração aconteceria primeiro, para em seguida serem solucionados os problemas inerentes ao processo integracionista.

Nesse contexto, conforme explicam Lírío & Campos (2003), o primeiro esforço efetivo para a criação de um mercado latino-americano ocorreu no princípio dos anos 60. Assim sendo, houve a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), pactuada no Tratado de Montevidéu por Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Segundo o artigo 3 do Tratado:

(...) as Partes Contratantes eliminarão, gradualmente, para o essencial de seu comércio recíproco, os gravames e as restrições de toda ordem que incidam sobre a importação de produtos originários do território de qualquer Parte Contratante.

Para fins do presente Tratado, entende-se por gravames os direitos aduaneiros e quaisquer outros encargos de efeitos equivalentes - sejam de caráter fiscal, monetário ou cambial - que incidam sobre as importações.

Dessa forma, além de objetivar a eliminação tarifária dos bens comercializados entre seus membros – o que contribuiria para o surgimento

de um grande mercado econômico -, esse bloco também tinha a finalidade de promover e regulamentar o comércio recíproco.

Todavia, essa tentativa não logrou êxitos consideráveis, não somente devido a problemas intrínsecos do bloco – como a sua dificuldade em extinguir as barreiras tarifárias e o descumprimento dos prazos definidos no cronograma de negociações -, mas também em razão do contexto histórico na qual estava inserido. A década de 1970 foi marcada por crises internas e externas. Enquanto todo o mundo vivia com a dor de cabeça causada pela crise do petróleo, nos países da América Latina houve a proliferação de regimes ditatoriais que levaram às instabilidades políticas. Outro fator que contribuiu para o fracasso do bloco foi a ausência de uma autoridade supranacional que conduzisse o processo de integração. Conforme explica Almeida (2002) sobre os motivos que justificam o fim da ALALC:

Foi a gradual instalação de regimes autoritários na maioria dos Estados-partes que fez com que a sua unidade fosse se disseminando, a ponto de a Associação estagnar-se.

(...) A década de setenta constituiu um período difícil não somente para os países da ALALC. A crise do petróleo, que atingiu a economia mundial, gerou uma profunda recessão nos países latino-americanos, acrescido a isso o ultranacionalismo dos regimes ditatoriais que proliferam na América Latina. Foi assim que os Estados-partes, diante do insucesso dessa Associação, resolveram reestruturá-la, criando a ALADI – Associação Latino-Americana de Integração.

Embora não tenha sido bem sucedida, a experiência da ALALC foi importante para a integração econômica na América Latina. De acordo com Rubens Antonio Barbosa (BARBOSA *apud* ALMEIDA, 2002):

Quiçá a velha ALALC tenha padecido do pecado da grandeza, ou dito em outros termos, de uma insofismável vontade de repetir, num continente ainda marcado pela heterogeneidade econômica e social e pela atuação de forças centrífugas, o pioneiro caminho aberto, nos anos 50, pelo pequeno grupo de países europeus que, premido pelas circunstâncias e pela necessidade de entendimento face a ameaças comuns, mostrou pela primeira vez ao mundo um modelo aparentemente viável de integração econômica.

As bases, porém, do esforço integracionista, de um lado e outro do Atlântico, eram totalmente diversas, como a própria realidade se encarregou de demonstrar.

O problema fundamental na América Latina do pós-guerra não era o de reconstruir um mercado interno, nem o de simplesmente retomar os vínculos materiais de um comércio regional despedaçado por anos de crise e de guerra. A questão era a própria conformação do mercado interno e a criação ou a expansão, a partir de níveis muito reduzidos, de fluxos de

intercâmbio com parceiros locais que nunca tinham freqüentado os registros de destino de seus vizinhos imediatos.

Sob esse ângulo, pode-se mesmo dizer que a 'velha' ALALC fez bem e rapidamente: entre 1960 e 1980, o comércio intra-regional cresceu 20 vezes, contra apenas 10 vezes com o resto do mundo. Ao cabo de 10 anos, porém, o impulso 'livre-cambista' já dava sinais de fadiga: os acordos sobre desgravações tarifárias perderam progressivamente o fôlego, até praticamente desaparecer da mesa de negociações. Ao ser substituída pela ALADI, em 1980, a ALALC não era uma entidade superada ou próxima do esclerosamento. Ela foi, na verdade, vítima de um engano em que incidiram os países-membros.

Surgindo na década de 1980 como um sucessor da ALALC, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) foi constituída com o Tratado de Montevideu de 1980, assinado pelos 11 países signatários do ALALC mais Cuba.

Criada com o intuito de dar prosseguimento à integração iniciada pela ALALC, a ALADI tinha objetivos semelhantes aos de sua predecessora, tendo os mesmos sido previstos no artigo 2 do Tratado a seguir disposto:

As normas e mecanismos do presente Tratado, bem como aqueles que em seu âmbito estabeleçam os países-membros, terão por objetivo o desenvolvimento das seguintes funções básicas da Associação: a promoção e regulação do comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento das ações de cooperação econômica que coadjuvem a ampliação dos mercados.

Embora tenha seguido o caminho trilhado pela ALALC, a ALADI inovou ao flexibilizar o processo de integração. Isso foi possível uma vez que o processo passou a ser fracionado, existindo assim uma integração sub-regional – os países membros eram agrupados segundo proximidade geográfica e interesses comuns - paralela a regional.

Apesar da ALADI não ter fracassado como a ALALC, ela também não conseguiu demonstrar muitos resultados práticos. De acordo com Guido F. S. Soares (SOARES *apud* ALMEIDA, 2002):

[...] a maior crítica que se pode fazer à ALADI é quanto ao seu caráter exclusivamente diplomático, as relações interestatais, onde inexistem espaço para indivíduos nem para empresas privadas da região, que, na verdade, são os interessados e ao mesmo tempo, os agentes da integração regional. Não só os importantes aspectos de livre movimento de pessoas, empresas, de capitais privados, estão ausentes das preocupações do Tratado instituidor da ALADI, como, o que é mais grave, inexistem qualquer foro onde possam aqueles interessados expressar suas vontades e fazer sentir suas reivindicações; isto posto, continua a ALADI repetindo o modelo de integração econômica regional, onde o único agente é o Estado, numa realidade do mundo, onde o intervencionismo estatal tem

mostrado sua ineficácia, ganhava corpo, a convicção de que, somente com esforços parciais, por grupos de países, se avançaria concretamente com o processo negociador regional.

Dessa forma, aprendendo com os erros de suas antecessoras, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) surge para dar impulso ao processo negociador regional mencionado.

2.1.1 Etapas da integração

O processo de integração formalizado pela constituição de blocos econômicos pode ser dividido em quatro etapas distintas, segundo Casella (1996). São elas:

2.1.1.1 Zona de Livre Comércio

Conforme a redação do artigo XXIV do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)¹:

Entende-se por zona de livre comércio um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros que decidem eliminar entre si os direitos aduaneiros e as outras regulamentações comerciais restritivas, em relação ao essencial do intercâmbio comercial dos produtos originários dos territórios constitutivos da referida zona de livre comércio.

Dessa forma, na zona de livre comércio há a eliminação de tarifas e barreiras não tarifárias, sejam estas técnicas, fito-sanitárias, quantitativas ou de qualquer natureza, que acarretem restrições ao comércio entre os Estados integrantes (Casella, 1996).

Essas restrições ao comércio entre os países integrantes são estabelecidas por meio de tratados internacionais firmados entre as partes, nos quais são também fixados prazos para que as nações envolvidas se adaptem às reduções e à futura abolição tarifária.

¹ Acordo sobre comércio internacional que tem por objetivo eliminar e/ou reduzir as tarifas e barreiras tarifárias ao comércio de bens. O GATT vem sendo negociado em rodadas sucessivas desde 1947, sendo que a rodada de 1994 foi responsável por dar origem à Organização Mundial de Comércio (OMC).

Para fazer jus à isenção tarifária, é preciso que os bens comercializados por cada país sejam necessariamente originários do mesmo, ou seja, todo e qualquer bem comercializado deverá comprovar, por meio de certificado de origem, que a maior parte das matérias-primas e da mão-de-obra são derivadas de um dos países integrantes da zona de livre comércio.

Esse tipo de integração, entretanto, não afeta o modo como seus membros interagem com os países não-membros. Assim sendo, os países têm autonomia comercial total para negociar com terceiros países.

Devido a essas particularidades, essa modalidade de integração é bastante popular entre os blocos econômicos atuais, tais como: a Associação Européia de Comércio Livre (EFTA), criada na Convenção de Estocolmo de 1960 pela Islândia, Noruega e Suíça; e o Grupo dos Três, formado por Colômbia, México e Venezuela. Além destes blocos, há também o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), composto pelo Canadá, Estados Unidos e México desde 1994.

Se implementada, a Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) será a maior zona de livre comércio do mundo, bem como um dos maiores blocos econômicos, visto que ao compreender a área que se estende do Alasca à Patagônia, conterà a crescente população de 34 países.

2.1.1.2 União Aduaneira.

A segunda fase do processo de integração econômica é conhecida como união aduaneira, tendo o artigo XXIV do GATT a definido da seguinte forma:

Se entenderá por território aduaneiro todo o território que aplique uma tarifa distinta ou outras regulamentações comerciais distintas a uma parte substancial de seu comércio com os demais territórios.

Segundo Casella (1996), a união aduaneira agrega ao modelo anterior a instituição de tarifa externa comum e regime geral de origem, aplicáveis em toda a união alfandegária, em relação a importações procedentes de terceiros Estados.

Dessa forma, os países que pertencem à união aduaneira não só conservam as restrições tarifárias estabelecidas pela zona de livre comércio, mantendo

desse jeito a necessidade de eliminar as tarifas entre os países-sócios, como também determinam uma tarifa externa comum (TEC) a ser aplicada aos produtos advindos de países alheios à união.

Outra novidade nessa fase é a restrição imposta aos países membros de negociarem com países terceiros. A partir de agora os membros são obrigados a negociarem com o exterior em bloco, e não mais individualmente.

Todas essas mudanças colaboram para que o estabelecimento deste nível de integração seja mais complexo do que a zona de livre comércio, principalmente no que diz respeito à TEC. As negociações que levam a determinação da TEC para cada produto é muito trabalhosa, especialmente quando os países envolvidos nas discussões se encontram em níveis econômicos diferenciados.

Uma forma encontrada para garantir a TEC dos bens comercializados foi o estabelecimento de Listas de Exceções e de Adequação para os setores considerados delicados à imediata concorrência internacional. Deste modo, os setores previstos nessas listas recebem um tratamento diferente dos demais.

Um exemplo de união aduaneira é a União Aduaneira da África Austral (UAAA), formada pela união da África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

2.1.1.3 Mercado Comum

Como mais um passo no processo de integração, o mercado comum mantém o disposto na união aduaneira, acrescentando, no entanto:

(...) o mercado comum adiciona às exigências dos modelos anteriores a supressão de barreiras à livre circulação de pessoas, serviços, mercadorias e capitais entre os Estados-membros, bem como exige grau mínimo de coordenação e harmonização de políticas econômicas comuns, em setores vitais da economia integrada (Casella, 1996).

Dessa forma, a livre circulação de bens, já mencionada nas outras etapas, alude à abertura das fronteiras para que as mercadorias possam circular sem problemas entre as nações envolvidas. Enquanto a livre circulação de

capitais compreende, por exemplo, a liberdade de investimentos e remessas de lucro.

Já a livre circulação de pessoas e serviços estão intrinsecamente ligadas. Em um mercado comum, não só podem os nacionais dos países envolvidos irem e virem entre eles com total liberdade, sem serem submetidos a controle nas fronteiras internas, como também podem se estabelecer e prestar serviços em qualquer desses países. Logo, essa eliminação de fronteiras implica numa supressão das barreiras constituídas na nacionalidade, que resulta numa igualdade de direitos para os nacionais de todos os países do bloco.

Contudo, para que tudo isso seja possível, é necessário que haja uma harmonização das políticas econômicas comuns dos Estados membros, bem como dos procedimentos administrativos que dizem respeito à imigração, vistos, entre outros.

Um bom exemplo de mercado comum é o Mercado Comum do Sul, constituído por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tendo ainda como países associados a Bolívia e o Chile.

2.1.1.4 União Econômica e Monetária

Mais ambiciosa do que suas etapas antecessoras, o processo que leva a instituição de uma união econômica e monetária, último estágio de integração, é lento e gradual.

Caracterizada também pelas conquistas passadas – supressão das barreiras tarifárias entre os países pertencentes a zona de livre comércio; instituição da TEC para os países da união aduaneira; e livre circulação de bens, capitais, pessoas e serviços próprios ao mercado comum - essa nova união inova ao criar entidades supranacionais que regerão essa região integrada no âmbito econômico e político.

Nas palavras de Casella (1996):

(...) a partir do mercado comum, surge a possibilidade de evolução subsequente rumo a mercado interno orgânico ou mercado único, podendo chegar a uma união econômica, onde além da supressão de barreiras seja institucionalizada a unidade e organicidade do mercado abrangido por esse território, podendo alcançar os

patamares de união monetária, ou mesmo de grau maior ou menor de união política.

Dessa maneira, nesta fase os países integrados abrem mão de parte de sua soberania para darem forma a um novo tipo de governo, que será coordenado em conjunto por todos, na figura de organismos supranacionais.

Atualmente, o único exemplo de união econômica e monetária existente é a União Europeia, criada em 1992. Seu surgimento foi possível graças à assinatura do Tratado de Maastricht, pelos países pertencentes a Comunidade Econômica Europeia (CEE).

2.1.2 Exemplo europeu

O melhor exemplo de integração econômica da história, modelo que serve até hoje de exemplo para todos os outros, é o da bem sucedida União Europeia. No entanto, o processo que deu início a esse bloco não aconteceu da noite para o dia. Ao contrário do que se possa imaginar, há mais de quarenta anos alguns países da Europa vêm abrindo mão do poder de intervenção sobre suas economias em benefício do fortalecimento da organização conjunta e assinando os tratados que levaram à atual união (Praxedes & Piletti, 2002), o que só foi possível no momento em que as nações europeias deixaram de lado suas rivalidades históricas, e com elas o desejo de dominarem umas as outras.

Formada pela união da Alemanha Ocidental, França e Itália com os países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), a CECA foi instituída pelo Tratado de Paris, de 1951, tornando-se o primeiro bloco constituído entre países antes rivais, pela fusão da parte da economia que correspondia ao carvão, minério de ferro e aço. Assim sendo, esse bloco objetivava abolir as barreiras alfandegárias referentes ao carvão e ao aço.

A experiência foi tão positiva que foi assinado, em 1957, o Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Além de ter a finalidade de (1) criar uma política econômica comum propícia à expansão

social e econômica, esse tratado também buscou, entre outros objetivos, (2) eliminar os empecilhos à livre circulação de bens, capitais, pessoas e serviços, (3) abolir as taxas alfandegárias entre os países-membros, (4) determinar tarifas alfandegárias e políticas comerciais comuns para o relacionamento com os países não-membros, e (5) instituir uma política comum para a agricultura e os transportes.

Assim como a CECA, a CEE obteve êxito no seu processo integracionista resultando na adesão de mais três países - Dinamarca, Irlanda e Reino Unido -, em 1972, da Grécia em 1982, e da Espanha e Portugal, em 1986.

Nesse mesmo ano – 1986 – o Tratado de Roma foi revisado pelo ato Único Europeu que reforçou o objetivo principal do bloco, qual seja, da constituição de um mercado comum, estabelecendo para tanto a data limite de 1º de janeiro de 1993 para o seu funcionamento.

A segunda revisão aconteceu com a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1993, que instituiu um novo patamar para a integração europeia na figura de uma União Econômica e Monetária, uma vez que o mercado comum pretendido já havia sido constituído.

A União Econômica e Monetária, também conhecida como União Europeia, tinha como uma de suas finalidades a criação de uma união monetária, com a consolidação de uma moeda única – o euro entrou em circulação em 1º de janeiro de 2002, sendo atualmente utilizado em 17 dos 27 países pertencentes ao bloco -, bem como a de uma união social e política, com o estabelecimento de uma cidadania europeia e de uma política de defesa comum.

Em suma, a unificação europeia foi um processo longo, no qual a medida em que o primeiro bloco crescia – e mais países europeus aderiam ao processo – o mesmo passava a ter denominações diferentes. Assim sendo, apesar de ter sido constituída por países historicamente rivais, em nenhum momento a integração deixou de ser pacífica, o que contribuiu para a sua evolução e sucesso.

2.2 Integração no Brasil

Várias foram as tentativas de se conceber uma integração econômica na América Latina. Contudo, como foi apresentado anteriormente, nem todas vingaram, o que não impediu que esse processo fosse tentado mais uma vez.

No Brasil, o interesse integracionista remonta ao início do século passado. Segundo Almeida (2002):

Desde o governo de Campos Sales, em 1900, e mais tarde, em 1935, na administração Getúlio Vargas, foram encaminhadas negociações no sentido de formar a integração dos três países economicamente mais expressivos da América do Sul. Essa tentativa ficou denominada como o Bloco ABC, pois se pretendia unir a Argentina, o Brasil e o Chile. Essa idéia foi, na época, desaconselhada e desestimulada pelo governo norte-americano.

Em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com o escopo de desenvolver a América Latina e Caribe.

Nos anos subseqüentes houve a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960; do Pacto Andino, em 1969; da Associação Latino Americana de Integração (ALADI); e, finalmente, do Mercosul na década de 1990.

É possível afirmar que uma maior preocupação brasileira com o integracionismo econômico só aconteceu no final da década de 1980, quando foi percebido que a única maneira de o Brasil ter uma participação maior nas discussões relativas às grandes questões internacionais era por meio da adoção de políticas tendo em vista à integração regional.

Contudo, o interesse na integração não se restringiu apenas ao âmbito diplomático – no qual o país buscava uma maior participação nas organizações internacionais -, fazer parte de um bloco econômico também era importante no âmbito econômico, uma vez que a economia mundial encontra-se cada vez mais competitiva e integrada.

2.2.1 Mercosul

O processo que deu início ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) desencadeou-se devido às históricas negociações mantidas entre os governos do Brasil e da Argentina. Logo, esse bloco começou como um acordo bilateral - com o intuito de buscar uma aproximação e cooperação envolvendo iniciativas nos planos político, econômico e estratégico de ambos os países -, tendo posteriormente se expandido. Vaz (2002) reforça esse ponto ao dispor em sua obra o seguinte:

O processo de negociação que conduziu à criação do Mercosul, com a conformação do seu arcabouço institucional, do regime de livre comércio e da união aduaneira, que o consubstanciam como iniciativa de integração econômica, desencadeou-se com base na disposição, no plano político, dos governos do Brasil e da Argentina de, inicialmente de forma bilateral, porém em marcha um processo de aproximação e cooperação envolvendo iniciativas nos planos político, econômico e estratégico. Assim, tanto em sua origem quanto em sua evolução posterior, esteve o processo negociador diretamente condicionado pelos interesses e objetivos de política externa de ambos os países, interesses remetidos não apenas ao processo de integração em si, mas também às injunções e transformações do sistema internacional, aqui considerado o âmbito regional, e daqueles afetos aos correspondentes cenários domésticos.

Dessa forma, partindo da iniciativa dos governos argentino e brasileiro, a criação de um bloco econômico que proporcionasse aos seus membros uma integração mais competitiva na economia internacional chamou a atenção de dois países vizinhos, o Paraguai e o Uruguai.

Conseqüentemente, o acordo existente anteriormente entre Argentina e Brasil deu lugar ao Tratado de Assunção que foi assinado em 1991 pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Com o Tratado de Assunção, a integração entre os países do Cone Sul, antes prevista para um futuro distante, ganhou data certa para ocorrer (Praxedes & Piletti, 2002).

Dessa maneira, o Tratado de Assunção dispõe em seu artigo 1º:

Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará 'Mercado Comum do Sul' (MERCOSUL).

Este Mercado comum implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos

alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum e relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Embora tenham ratificado o Tratado, que inovou ao tentar atingir um grau mais elevado de integração, qual seja: a conformação de um mercado comum (Almeida, 2002), os motivos que explicam a entrada de cada país no bloco diferem entre si. Para o Uruguai, que já tem uma tradição liberal, marcada pela livre circulação de bens e pessoas, a participação no Mercosul está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico do país. Já o Paraguai, considerado o mais pobre dos países do bloco, só se interessou em fazer parte devido à facilidade que teria em manter relações econômicas privilegiadas com os outros três. O Brasil e a Argentina, no entanto, têm basicamente a mesma motivação, ou seja, chegar à modernização econômica por meio do desenvolvimento de novas tecnologias e da abertura das fronteiras para a entrada de maior volume capital estrangeiro (Praxedes & Piletti, 2002).

Levando em consideração as particularidades de cada país, as negociações que levaram à assinatura do Tratado de Assunção determinaram que o bloco só entraria em vigor em 1995. Entretanto, embora o bloco tenha tido quatro anos, entre a sua instituição e a devida entrada em vigor, o Mercosul de 1995 não cumpriu os critérios estabelecidos para a formação do mercado comum. Brandão & Pereira (1996) explicam que:

Os avanços mais significativos nas negociações entabuladas entre 1991 e o final de 1994 ficaram circunscritos à liberalização do comércio intra-regional e ao estabelecimento de uma tarifa externa comum, mesmo assim com uma série de exceções, que classificam o Mercosul como uma união aduaneira imperfeita.

Desse modo, em janeiro de 1995 deu-se início ao Mercosul, que até então tinha estabelecido que produtos argentinos e brasileiros poderiam circular

livremente entre os dois países, bem como que tarifa externa comum (TEC) seria estabelecida e para quais produtos elas seriam válidas quando comercializados com terceiros. Visto que o Paraguai e o Uruguai entraram depois nesse processo de integração, e também por terem economias menos desenvolvidas industrialmente, foi somente em janeiro de 1996 que eles puderam se associar efetivamente ao bloco com a incorporação da tarifa zero.

Apesar de muitos não acreditarem no Mercosul, citando as diferenças existentes economicamente entre os países como um empecilho para o sucesso do bloco ou, ainda, prevendo um isolamento que o condenaria à irrelevância diante da dimensão dos demais blocos, ou um destino de inexorável absorção num futuro bloco americano (Albuquerque, 2002), a integração pretendida foi em frente, possibilitando aos países envolvidos um aumento significativo de seus ganhos comerciais por meio do aumento do comércio intra-regional. Isso contribuiu para que o Mercosul viesse a ser, em pouco tempo, o bloco econômico mais conhecido e importante da América Latina. Na verdade, a importância e influência do bloco extrapolou o continente americano. Nas palavras de Vaz (2002), o Mercosul despontou, no início dos anos 90, como a mais importante iniciativa de integração entre países em desenvolvimento até então empreendida.

Um fator que reconheceu a crescente importância do bloco, bem como contribuiu para o aumento de seu prestígio, foi a entrada da Bolívia e do Chile em 1996.

Resumindo a existência do Mercosul, Almeida (2002) dispõe:

Assim sendo, o Tratado de Assunção foi firmado em 26 de março de 1991, entrando em vigor, internacionalmente, em 29 de novembro de 1991, com o depósito das ratificações necessárias, fazendo parte dessa integração o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Em 25 de junho de 1996, um marco na história desse recém-criado bloco econômico, que já desperta o interesse de outros países a somar este projeto integracionista: o CHILE e a BOLÍVIA somam-se a ele, não tendo, contudo, o mesmo status que os outros quatro países sócios, apenas associando-se para atingir o primeiro estágio de integração, qual seja, uma zona de livre comércio, que deverá formar-se em oito anos.

Dessa forma, o que teve início em um desejo compartilhado entre Argentina e Brasil de estabelecer um acordo mutuamente benéfico, se expandiu e atraiu

a atenção de outros países, tendo primeiramente aderido o Paraguai e o Uruguai para a formação do Mercosul, e posteriormente a Bolívia e o Chile na posição de países sócios.

Apesar dos contratempos iniciais em seu processo de implementação, o Mercosul proporcionou um aumento da capacidade de negociação internacional de seus países-membros, especialmente do Brasil. Assim sendo, o projeto integracionista do Mercosul mudou não somente a geografia econômica da América do Sul, como também a própria geopolítica dessa região.

Contudo, embora tenha se pretendido, em um âmbito estratégico, um destaque maior que resultasse em uma participação mais expressiva nas negociações internacionais – tendo a própria diplomacia brasileira acreditado que o Mercosul fortaleceria o poder de barganha do Brasil, bem como constituiria uma plataforma para um projeto de inserção global (Mello, 2002) - o objetivo fundamental do Mercosul foi o crescimento econômico, o que conseqüentemente iria possibilitar a inserção mais competitiva das economias dos quatro países em um mundo em que se consolidavam, rapidamente, grandes espaços econômicos (Lírio & Campos, 2003).

Reiterando o ideal norteador dos antigos acordos promovidos pela Argentina e Brasil, ou seja, buscando colocar em prática a idéia de crescer juntos, superando velhas rivalidades (Praxedes & Piletti, 2002), os países pertencentes ao Mercosul almejavam aumentar sua competitividade internacional por meio do acréscimo da produtividade.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Caracterização do setor

Setor da economia que compreende todas as atividades relacionadas à criação de animais e à plantação, o agronegócio é a cadeia produtiva que envolve, segundo Davis & Goldberg (1957), a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção na fazenda; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

Complementando o conceito oferecido anteriormente, Batalha (2002) atualiza a definição de agronegócio declarando que esse setor é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico. Dessa forma, o agronegócio abrange todas as atividades econômicas ligadas à produção agrícola, aos insumos necessários para o seu cultivo, à agroindustrialização de seus produtos primários, e ao posterior transporte e comercialização dos produtos processados.

No Brasil, esse setor sempre teve uma grande relevância para a economia, tendo servido como seu propulsor desde a descoberta do país no século XVI. A partir daí, os vários ciclos do agronegócio, marcados pelas explorações de diferentes culturas, se confundiram com a história econômica do país.

Assim sendo, o início aconteceu com a extração do pau-brasil, sendo sucedido pela cana-de-açúcar, pela borracha, pelo café, e, mais recentemente, pela soja. Atualmente, segundo informações do MAPA, os produtos pertencentes ao complexo soja registraram um saldo de US\$ 17 bilhões na balança comercial de 2010, o maior registrado entre todos os produtos do agronegócio brasileiro. Sendo que a balança comercial total fechou em US\$ 63 bilhões em 2010, um aumento de 15% sobre o sobre o valor registrado em 2009.

Esses números servem para confirmar a importância que esse setor tem para a economia do Brasil, que além de ter sido essencial para o desenvolvimento do país, também contribuiu para a geração de empregos em regiões menos desenvolvidas.

3.2 Tipo e descrição geral da pesquisa (técnicas de pesquisa ou estratégias escolhidas para coletar os dados)

Quanto aos fins (GIL, 2002), a pesquisa é: descritiva, visto que o seu objetivo é descrever como o processo de integração aconteceu, e como o agronegócio brasileiro evoluiu desde a instituição do Mercosul; e explicativa, uma vez que objetiva identificar os impactos causados no agronegócio brasileiro devido ao estabelecimento do Mercosul .

Quanto aos meios de investigação (GIL, 2002), a pesquisa é: bibliográfica, sendo composta de materiais já publicados em livros e artigos, bem como de informações disponibilizadas na internet; e documental, uma vez que foram utilizados como fonte documentos conservados em órgãos públicos e privados, registros, anais, regulamentos, circulares, etc.

Quanto ao tratamento dos dados coletados (GIL, 2002), a pesquisa é qualitativa, na medida em que foi relatado o processo que deu origem a formação do Mercosul e a evolução do agronegócio brasileiro.

3.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Os dados utilizados foram obtidos por meio de literatura relacionada ao tema, sendo essa proveniente de fontes primárias – constituídas nos Tratados que dão origem ao Mercosul – e secundárias, que consistem em referências provenientes de livros, artigos, anais de congresso, teses, dissertações, jornais e internet.

3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Quanto à coleta de dados, os mesmos foram coletados durante os últimos meses observando-se os meios de investigação anteriormente definidos, ou seja, a pesquisa foi bibliográfica (consultas foram feitas a materiais já publicados em livros e artigos, bem como de informações disponibilizadas na internet) e documental (consultas feitas a documentos conservados em órgãos públicos e privados, registros, anais, regulamentos, circulares, etc).

Assim sendo, a coleta de dados proveniente de pesquisa documental foi realizada tendo como fonte primária o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), o Tratado de Assunção, e os Tratados de Montevideu de 1960 e 1980. Enquanto a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida através de fontes secundárias originárias de: artigos científicos, livros e publicações em periódicos (tais como: São Paulo em Perspectiva, Gestão e Produção, e Revista Brasileira de Economia).

Quanto à análise de dados, ela foi feita de modo que a pesquisa tenha sido qualitativa, uma vez que foi relatado o processo que deu origem a formação do Mercosul, bem como a evolução do agronegócio brasileiro dentro e fora deste bloco.

Dessa forma, os dados coletados sobre o Mercosul e o agronegócio brasileiro foram tratados ao longo dos meses de acordo com os três passos delineados por Miles & Huberman (1984), os quais são: (1) redução dos dados - processo ininterrupto de triagem, simplificação, e abstração dos dados originais; (2) apresentação dos dados - organização dos dados para que se possa tomar decisões e tirar conclusões a partir dos mesmos; e (3) delineamento e verificação da conclusão - identificação de possíveis explicações e fluxos de causa e efeito, acompanhada de uma verificação final. Durante e após esse processo os dados foram estruturados e alocados no referencial teórico, nos resultados e discussão, e nas conclusões e recomendações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mudanças promovidas pelo Brasil ao longo dos anos nas suas relações comerciais, decorrentes de imposições políticas e econômicas externas, proporcionaram uma transformação no relacionamento mantido com os outros países da América Latina. Essas alterações serviram para agregar uma maior relevância aos interesses econômicos brasileiros nos espaços sub-regional e regional latino-americanos por meio de uma nova estratégia de inserção externa e de busca de competitividade.

Seguindo essa linha de pensamento, é possível observar a partir da análise da tabela 2, que as trocas comerciais com o Mercosul aumentaram consideravelmente desde a sua formação até os dias atuais. Mesmo considerando o período que vai de 2008 a 2010 – anos nos quais a crise econômica eclodiu fazendo seus efeitos se sentirem mundialmente pela redução das trocas comerciais –, houve um crescimento significativo nesses últimos 20 anos de Mercosul.

De 1990 – ano anterior a formação do Mercosul - a 2010, o saldo comercial brasileiro referente ao comércio realizado com os outros países membros do bloco cresceu aproximadamente em US\$ 7 bilhões, tendo o crescimento mais significativo acontecido em razão das trocas realizadas com a Argentina, reforçando a posição deste país como o principal parceiro do Brasil na América Latina.

Somente no ano de 2010, o saldo comercial relativo às relações com a Argentina fechou em US\$ 4 bilhões, o que corresponde à aproximadamente 1/5 de todo o saldo brasileiro, consolidando-a na posição de 3º país mais importante comercialmente – tanto em exportação como em importação - para o Brasil, conforme as tabelas 3 e 4.

 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior		INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL														RT401 15/02/2011	
		US\$ 1000 F.O.B.															
A no	TOTALIS GERAIS			MERCOSUL			Argentina			Paraguai			Uruguai				
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo		
1989	34.382.620	18.263.433	16.119.187	1.379.718	2.191.679	-811.961	722.115	1.238.681	-516.566	322.932	358.640	-35.708	334.671	594.358	-259.687		
1990	31.413.756	20.661.362	10.752.394	1.320.245	2.311.827	-991.582	645.140	1.399.720	-754.580	380.484	331.513	48.971	294.621	580.594	-285.973		
1991	31.620.439	21.040.471	10.579.968	2.309.352	2.242.704	66.648	1.476.170	1.609.295	-133.125	496.114	220.546	275.568	337.068	412.863	-75.795		
1992	35.792.986	20.554.091	15.238.895	4.097.470	2.228.563	1.868.907	3.039.984	1.731.625	1.308.359	543.320	194.998	348.322	514.166	301.940	212.226		
1993	38.554.769	25.256.001	13.298.768	5.386.910	3.378.254	2.008.656	3.658.779	2.717.266	941.513	952.320	275.609	676.711	775.811	385.379	390.432		
1994	43.545.149	33.078.690	10.466.459	5.921.475	4.583.271	1.338.204	4.135.864	3.861.966	473.898	1.053.623	352.455	701.168	731.988	568.850	163.138		
1995	46.506.282	49.971.896	-3.465.614	6.153.768	6.843.924	-690.156	4.041.136	5.591.393	-1.550.257	1.300.733	514.654	786.079	811.899	737.877	74.022		
1996	47.746.728	53.345.767	-5.599.039	7.305.282	8.301.547	-996.265	5.170.032	6.805.467	-1.635.435	1.324.582	552.239	772.343	810.668	943.841	-133.173		
1997	52.982.726	59.747.227	-6.764.501	9.045.111	9.426.134	-381.023	6.769.402	7.941.276	-1.171.874	1.406.328	517.518	888.810	869.381	967.340	-97.959		
1998	51.139.862	57.763.476	-6.623.614	8.878.234	9.416.203	-537.969	6.748.204	8.023.468	-1.275.264	1.249.436	350.622	898.814	880.594	1.042.113	-161.519		
1999	48.012.790	49.301.558	-1.288.768	6.778.178	6.719.245	58.933	5.364.140	5.812.211	-448.071	744.308	260.362	483.946	669.730	646.672	23.058		
2000	55.118.920	55.850.663	-731.743	7.739.599	7.796.209	-56.610	6.237.684	6.843.232	-605.548	832.473	351.351	481.122	669.442	601.626	67.816		
2001	58.286.593	55.601.758	2.684.835	6.374.455	7.009.674	-635.219	5.009.810	6.206.537	-1.196.727	721.253	300.207	421.046	643.392	502.930	140.462		
2002	60.438.653	47.242.654	13.195.999	3.318.675	5.611.720	-2.293.045	2.346.508	4.743.785	-2.397.277	559.625	383.088	176.537	412.542	484.847	-72.305		
2003	73.203.222	48.325.567	24.877.655	5.664.310	5.685.229	-919	4.569.768	4.672.611	-102.843	708.750	474.750	234.000	405.792	537.868	-132.076		
2004	96.677.499	62.835.616	33.841.883	8.934.902	6.390.493	2.544.409	7.390.967	5.569.812	1.821.155	873.353	297.825	575.528	670.582	522.856	147.726		
2005	118.529.185	73.600.376	44.928.809	11.746.012	7.053.699	4.692.313	9.930.153	6.241.110	3.689.043	962.721	318.936	643.785	853.138	493.653	359.485		
2006	137.807.470	91.350.841	46.456.629	13.985.829	8.967.387	5.018.442	11.739.592	8.053.263	3.686.329	1.233.639	295.899	937.740	1.012.598	618.225	394.373		
2007	160.649.073	120.617.446	40.031.627	17.353.577	11.624.752	5.728.825	14.416.946	10.404.246	4.012.700	1.648.191	434.120	1.214.071	1.288.440	786.386	502.054		
2008	197.942.443	172.984.768	24.957.675	21.737.308	14.934.112	6.803.196	17.605.621	13.258.442	4.347.179	2.487.561	657.517	1.830.044	1.644.126	1.018.153	625.973		
2009	152.994.743	127.722.343	25.272.400	15.828.947	13.107.442	2.721.505	12.784.967	11.281.657	1.503.310	1.683.902	585.441	1.098.461	1.360.078	1.240.344	119.734		
2010	201.915.285	181.670.680	20.244.605	22.601.501	16.615.787	5.985.714	18.522.521	14.430.202	4.092.319	2.547.908	611.401	1.936.507	1.531.072	1.574.184	-43.112		

Obs: (*)	VAR % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / Mensal = Sobre o mês anterior.
(**)	PART. % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil
	IMPORTAÇÃO => Base ALICE - Jan/11, País de Origem. Dados definitivos até Dez/06. Dados preliminares para os meses seguintes.
	EXPORTAÇÃO => Base ALICE - Jan/11, País de Destino Final.

Tabela 2 - Balança comercial detalhada 1989-2010. Fonte: SECEX/MDIC

Principais Países Compradores			
<i>Principales Países Compradores / Major Countries for Brazilian Exports</i>			
US\$ Milhões / US\$ Millones / US\$ Millions – 2010			
	Valor <i>Value</i>	Δ% 2010/09	Part % <i>% Share</i>
1 – China	30.786	46,6	15,3
2 – Estados Unidos / United States	19.462	23,7	9,6
3 – Argentina	18.523	44,9	9,2
4 – Países Baixos / Países Bajos / Netherlands	10.228	25,5	5,1
5 – Alemanha / Alemanha / Germany	8.138	31,8	4,0
6 – Japão / Japón / Japan	7.141	67,2	3,5
7 – Reino Unido / United Kingdom	4.635	24,4	2,3
8 – Chile / Chile	4.258	60,3	2,1
9 – Itália / Italia / Italy	4.235	40,4	2,1
10 – Rússia / Russia	4.152	44,7	2,1
11 – Espanha / España / Spain	3.894	46,2	1,9
12 – Venezuela	3.854	6,8	1,9
13 – Coreia do Sul / Corea del Sur / South Korea	3.760	41,5	1,9
14 – México / Mexico	3.715	38,9	1,8
15 – França / France	3.576	23,1	1,8

Tabela 3 - Principais países importadores do Brasil 2010. Fonte: SECEX/MDIC.

Principais Países Fornecedores ao Brasil			
<i>Principales Países Fornecedores de Brasil / Major Suppliers Countries to Brazil</i>			
US\$ Milhões / US\$ Millones / US\$ Millions – 2010			
	Valor <i>Value</i>	Δ% 2010/09	Part % <i>% Share</i>
1 – Estados Unidos / United States	27.249	35,0	15,0
2 – China	25.593	60,9	14,1
3 – Argentina	14.426	27,9	7,9
4 – Alemanha / Alemanha / Germany	12.552	27,2	6,9
5 – Coreia do Sul / Corea del Sur / South Korea	8.422	74,8	4,6
6 – Japão / Japón / Japan	6.982	30,1	3,8
7 – Nigéria / Nigeria	5.920	24,4	3,3
8 – Itália / Italia / Italy	4.838	32,0	2,7
9 – França / Francia / France	4.800	32,7	2,6
11 – Índia / India	4.242	93,6	2,3
10 – Chile	4.091	53,0	2,3
12 – México / Mexico	3.858	38,6	2,1
13 – Reino Unido / United Kingdom	3.155	31,0	1,7
14 – Taiwan	3.104	28,7	1,7
15 – Suíça / Switzerland	2.876	39,4	1,6

Tabela 4 - Principais países exportadores para o Brasil 2010. Fonte: SECEX/MDIC.

Acerca dos dados de 2010, percebeu-se que não apenas o comércio exterior brasileiro bateu recordes com o registro de corrente de comércio de US\$ 383,5 bilhões - aumento de 36,6% quando comparado ao ano de 2009 -, como 1/10 dessa corrente de comércio é referente às relações com o Mercosul, que não páram de crescer.

O Brasil importou do Mercosul no ano de 2010 uma quantia de US\$ 16.612 bilhões - o que representa 9,1% de todas as exportações (de acordo com o gráfico 1) -, e exportou, em troca, US\$ 22.602 bilhões, o correspondente a 11,2% de todas as exportações (segundo o gráfico 2).

Dessa maneira, é possível averiguar por meio das informações obtidas da tabela 2, referentes às exportações e importações do Mercosul, que o processo integracionista no Cone Sul foi bem sucedido, uma vez que o mesmo trouxe benefícios monetários para todos os países envolvidos.

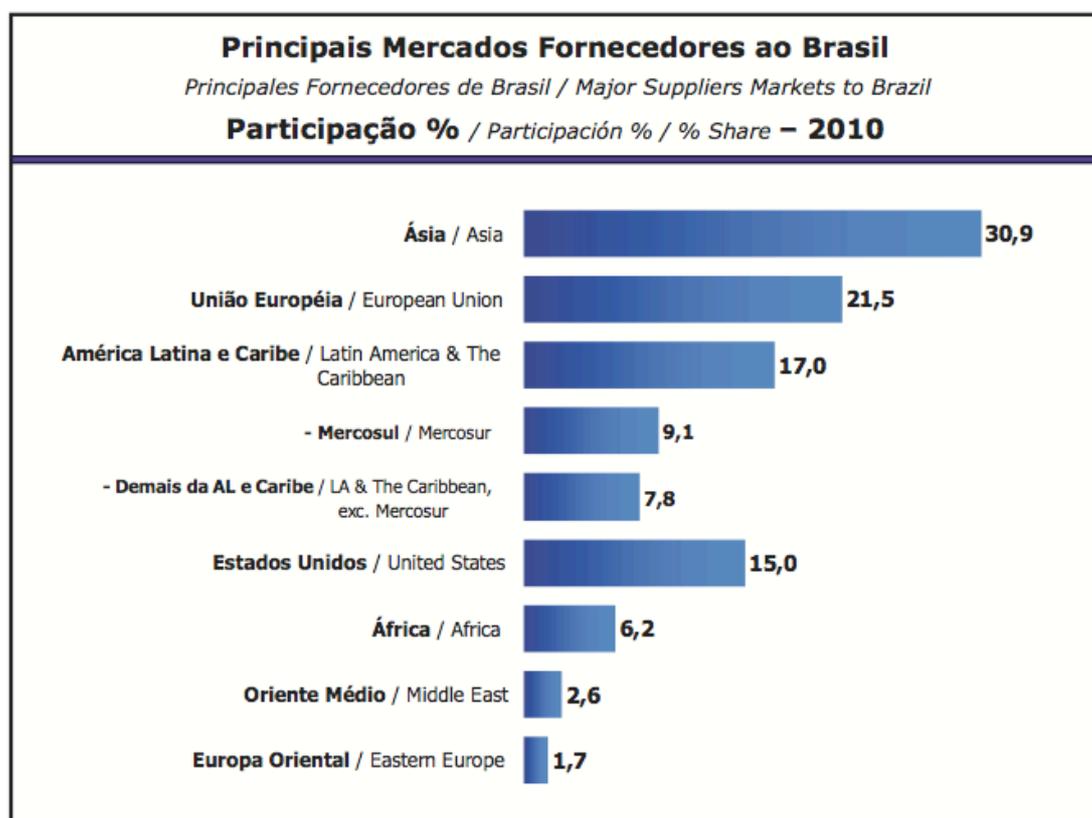


Gráfico 1 - Principais mercados fornecedores ao Brasil 2010. Fonte: SECEX/MDIC.

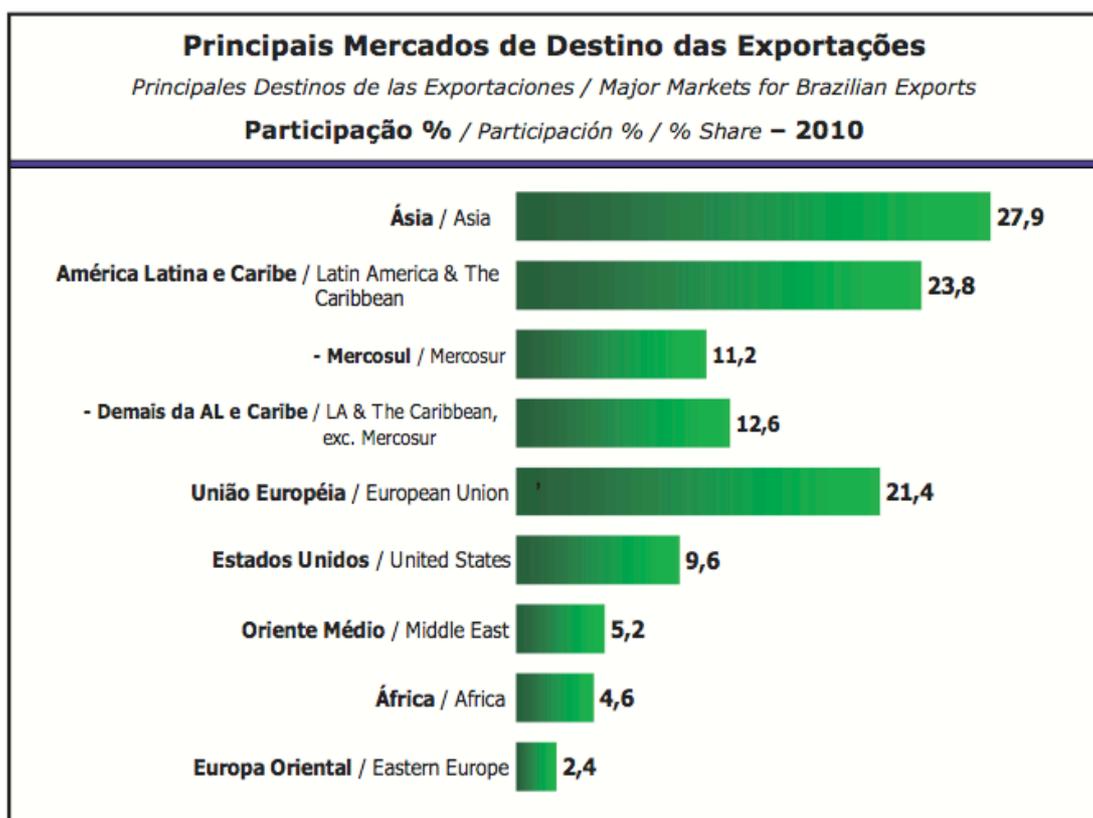


Gráfico 2 - Principais mercados de destino das exportações brasileiras 2010. Fonte: SECEX/MDIC.

Contudo, apesar do comércio exterior brasileiro ter se beneficiado, de uma forma geral, com a abertura feita para Argentina, Paraguai e Uruguai, nem todos os setores e grupos de agentes envolvidos foram inicialmente receptivos a essa nova realidade.

Praxedes & Piletti (2002) explicam que:

(...) não devemos pensar apenas nos setores e empresas que sairão ganhando com o Mercosul. Também existem os que irão perder. No Brasil, o setor agropecuário terá grandes dificuldades com a integração, conforme declarações de suas lideranças.

Em 1991, entre os produtos vendidos pelas empresas que atuam no Brasil aos demais países do Mercosul, 90% eram industrializados e apenas 10% provinham da agropecuária. No mesmo ano, cerca de 60% dos produtos agropecuários importados pelo Brasil vinham dos outros países do Mercosul. É fácil perceber o motivo das preocupações dos produtores brasileiros de trigo, milho, arroz, leite e derivados, carnes, uva, alho e cebola com a concorrência dos produtos argentinos e uruguaios.

Dessa forma, enquanto as indústrias instaladas na Argentina, no Paraguai e no Uruguai já estão sofrendo as consequências da superioridade das indústrias sediadas no Brasil, os produtores agropecuários brasileiros têm sérios motivos para se oporem ao Mercosul. Antes, os produtores brasileiros eram favorecidos pelas

tarifas cobradas sobre a importação de produtos agropecuários: os produtos argentinos e uruguaios acabavam ficando muito mais caros, afugentando os consumidores brasileiros, que preferiam os produtos nacionais, mais baratos. Com o fim das tarifas, deixa de existir esse tipo de proteção aos produtos brasileiros. Esse é o motivo da forte oposição do setor agropecuário ao Mercosul, demonstrada insistentemente na imprensa por vários representantes desse setor.

Lirio & Campos (2003) complementam:

[...] a agricultura tem sido considerada, no Brasil, um dos setores mais vulneráveis, em decorrência de dois fatores: os produtos de origem agrícola representam cerca de quarenta por cento do total das importações provenientes dos parceiros sul-americanos e boa parte dessas mercadorias, provenientes do Mercosul, é produzida em regiões com excelente qualidade edafoclimática, que permitem sensíveis ganhos de produtividade aos produtores dessas regiões.

Levando em consideração que o agronegócio brasileiro vem respondendo, há algum tempo, por aproximadamente 30% do PIB – sendo que no ano de 2010 o saldo comercial ficou em US\$ 63.054, um aumento de 15% sobre o valor registrado no ano anterior, de acordo com a tabela 5, o correspondente a 38% do total de exportações do ano -, bem como pelo fato deste setor, segundo Contini (2011), está nas raízes do nosso processo de desenvolvimento, contribuindo decisivamente para a renda, emprego, exportações, desenvolvimento do interior e equidade regional; não é de se surpreender que os representantes deste setor tenham tido ressalvas a respeito da desgravação tarifária que a instituição do Mercosul propunha.

Entretanto, ao contrário do que os representantes do agronegócio acreditavam sobre os danos que a integração regional causariam no seu setor no início da década de 1990, esses receios foram em vão, tendo o setor obtido várias vantagens decorrentes da consequente liberalização comercial.

Para David & Nonnenberg (1997):

(...) uma das principais vantagens de um processo de integração comercial está nos incentivos que este traz à especialização da produção, com os efeitos de criação de comércio e de reciprocidade. Isso significa que cada uma das economias integradas irá aumentar a produção de um determinado grupo de produtos competitivos e reduzir a produção dos outros.

Complementam Garbarino & Jank & Nassar (1999):

Melhoram significativamente os níveis de tecnificação e de especialização dos agricultores, incluindo o crescimento da terceirização de determinados serviços (plantio, colheita etc.) e atividades (fornecimento de animais, mudas etc.)

Setores	Janeiro-Dezembro/2009			Janeiro-Dezembro/2010			Var. %	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	15.269.367	1.546.007	13.723.360	18.106.024	2.003.396	16.102.629	18,6	29,6
CARNES	11.787.227	265.904	11.521.323	13.629.853	313.261	13.316.592	15,6	17,8
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	2.041.066	156.305	1.884.761	2.639.405	184.776	2.454.629	29,3	18,2
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	536.794	115.647	421.146	706.882	154.806	552.076	31,7	33,9
ANIMAIS VIVOS (EXCETO PESCADOS)	471.141	26.364	444.776	697.278	13.018	684.260	48,0	-50,6
PESCADOS	194.789	714.981	-520.191	216.417	1.001.345	-784.928	11,1	40,1
LÁCTEOS	167.478	266.794	-99.316	156.477	336.167	-179.691	-6,6	26,0
PRODUTOS APICOLAS	70.872	12	70.860	59.713	22	59.691	-15,7	83,6
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	49.515.541	8.351.979	41.163.562	58.335.392	11.383.340	46.952.052	17,8	36,3
COMPLEXO SOJA	17.239.708	72.651	17.167.057	17.107.048	69.353	17.037.695	-0,8	-4,5
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	9.715.971	2.363	9.713.608	13.775.944	39.279	13.736.664	41,8	1.562,3
PRODUTOS FLORESTAIS	7.227.207	1.748.434	5.478.772	9.281.604	2.846.350	6.435.254	28,4	62,8
CAFÉ	4.278.940	16.383	4.262.557	5.764.620	24.242	5.740.378	34,7	48,0
FUMO E SEUS PRODUTOS	3.046.032	67.224	2.978.808	2.762.246	73.686	2.688.560	-9,3	9,6
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	1.818.559	2.558.008	-739.449	2.715.365	2.829.513	-114.149	49,3	10,6
SUCOS DE FRUTA	1.751.828	16.358	1.735.470	1.925.125	27.268	1.897.858	9,9	66,7
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.260.340	755.139	505.201	1.446.160	1.319.755	126.405	14,7	74,8
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	871.153	460.542	410.611	906.138	608.966	297.172	4,0	32,2
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	671.907	418.999	252.908	866.440	506.289	360.151	29,0	20,8
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	411.106	245.204	165.901	465.696	300.333	165.362	13,3	22,5
CAÇAU E SEUS PRODUTOS	352.338	274.184	78.154	418.785	278.394	140.391	18,9	1,5
BEBIDAS	234.191	350.723	-116.532	261.705	444.446	-182.741	11,7	26,7
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	191.511	32.856	158.655	197.413	36.765	160.649	3,1	11,9
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	149.276	575.457	-426.181	152.281	732.625	-580.343	2,0	27,3
RAÇÕES PARA ANIMAIS	102.570	152.663	-50.093	138.696	187.952	-49.257	35,2	23,1
PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	161.327	585.146	-423.819	119.242	1.033.252	-914.010	-26,1	76,6
PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	31.579	19.645	11.934	30.884	24.873	6.011	-2,2	26,6
TOTAL	64.784.908	9.897.987	54.886.921	76.441.416	13.386.735	63.054.681	18,0	35,2

Tabela 5 - Balança comercial do agronegócio 2009/2010. Fonte: AgroStat a partir dos dados da SECEX/MDI

(...) Houve forte crescimento do comércio intra e extra-bloco, também na área do *agribusiness*, predominando o efeito de “criação de comércio”, dados os níveis crescentes de abertura do setor agrícola nos países da região.

Assim sendo, além da especialização da produção que tornou o produto mais competitivo no mercado, contribuindo para o aumento do comércio intra e extra-bloco, a liberalização comercial também colaborou para que houvesse uma redução da intervenção estatal no setor. Como explica Fonsêca (2007):

(...) a constituição do Mercosul foi um marco importante no processo de liberalização comercial no Brasil. A intensa desregulamentação dos mercados agrícolas diminuiu a intervenção do estado na agricultura, que teve por base a tentativa de harmonização das políticas agrícolas dos países membros; como resultado, o Brasil teve um aumento considerável das exportações para o bloco. (...) Esses fatos contribuíram para melhorar o desempenho do setor agroexportador, garantindo o acesso da produção agrícola brasileira a novos mercados agora novamente voltada para o mercado internacional.

Logo, é possível constatar que a constituição do Mercosul não teve um impacto negativo de longa duração no setor, conforme pode ser percebido no gráfico 3, apesar de alguns produtores terem sofrido prejuízos até que se adaptassem a essa nova realidade.

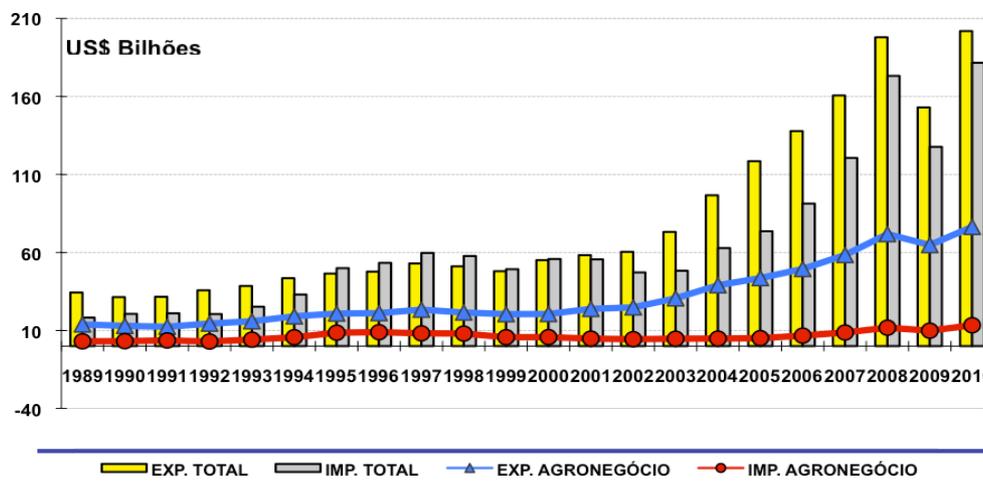


Gráfico 3 - Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio 1989/2009. Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC.

As mudanças vividas pelo setor nos últimos 20 anos contribuíram para que o mesmo se fortalecesse e passasse a ser responsável por boa parte do PIB brasileiro.

Segundo Nascimento, Nascimento & Cardozo (2008):

O agronegócio brasileiro não ficou imune a esse processo e também sofreu com a concorrência e muitos setores do agronegócio foram forçados a promover suas reestruturações produtivas. Todavia ele recuperou-se, a agropecuária elevou sua produtividade e, ao contrário de muitos outros setores, conseguiu ser competitivo em relação aos produtos importados, apresentando uma participação importante na geração de saldos para a balança comercial brasileira. (...) De forma geral, o processo de abertura comercial foi responsável por introduzir um choque de competição na economia e representou a ruptura do modelo de economia protegida, obrigando os diversos setores a se modernizar para sobreviver face ao novo ambiente.

Dessa forma, a modernização vivida pelo setor é responsável pelos ótimos índices apresentados na balança comercial do agronegócio brasileiro ano após ano.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho de conclusão de curso desenvolvido sobre as *Relações Comerciais Brasil e Mercosul: uma visão sobre o agronegócio brasileiro* permitiu que se conhecesse melhor a reação que o agronegócio brasileiro teve à eliminação das barreiras tarifárias impostas aos países membros do Mercosul no momento de sua constituição. Para tanto, foi estudado o movimento que levou à instituição do Mercosul, bem como o agronegócio brasileiro.

Embora a pesquisa feita tenha se limitado unicamente à resposta do agronegócio brasileiro a regionalização acontecida no Cone Sul da qual o próprio Brasil foi instigador, o resultado encontrado pode servir de base para pesquisas futuras mais detalhadas que busquem conhecer, por exemplo, como todos os setores da economia nacional responderam à liberalização do comércio iniciada no começo da década de 1990.

No entanto, ainda acredito que um estudo mais detalhado sobre o Mercosul e o impacto que ele teve sobre o agronegócio brasileiro é necessário, uma vez que é preciso entender completamente como a liberalização comercial entre membros de um determinado bloco afeta a economia nacional de cada país envolvido, principalmente quando se é levado em conta que em um futuro próximo a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) pode vir a ser efetivamente implementada.

De qualquer modo, na busca da resposta que responderia ao problema definido inicialmente no projeto de pesquisa, qual seja, *Em um cenário de regionalização econômica responsável pela criação de um bloco que incentiva a eliminação das barreiras tarifárias de seus produtos, a constituição do Mercosul impactou positivamente o agronegócio brasileiro?*, vários trabalhos realizados com temas semelhantes foram estudados, por exemplo, o desenvolvido por Márcia Batista da Fonsêca sobre os *Efeitos da liberação comercial sobre o agronegócio do Brasil, 1994/2004*, bem como o desenvolvido a respeito da *Dependência crescente do agronegócio para os*

saldos de comercio exterior brasileiro, 1998 a 2007, de Katiucy Lemes Nascimento, Carlos Alves Nascimento e Soraia Aparecida Cardozo.

A resposta encontrada para o problema, respeitando-se as informações disponíveis obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e os objetivos traçados, foi que o agronegócio brasileiro foi positivamente impactado pelo surgimento do Mercosul, tendo sido várias as vantagens obtidas com a liberalização desse comércio.

Assim sendo, fazer a abordagem do agronegócio brasileiro - que devido a seu reconhecimento histórico e econômico é de grande importância para o país - frente ao Mercosul, foi fundamental para que pudesse ser entendido, dentro do âmbito econômico, o proveito proporcionado pela liberalização comercial.

Assim como a conclusão obtida nesse trabalho, outros estudos realizados sobre o mesmo tema chegaram a conclusões análogas, como foi o caso da referida pesquisa desenvolvida por Márcia Batista da Fonsêca. Contudo, citarei uma observação feita pelo pesquisador Mário Jales, que conseguiu claramente explicar a situação privilegiada do Brasil diante das mudanças provenientes com a liberalização comercial. Segundo ele:

Poucos países têm tanto a ganhar com a liberalização multilateral do comércio agrícola quanto o Brasil. O país é hoje o maior exportador líquido mundial de produtos agrícolas, detém índices extraordinários de produtividade no campo e apresenta um enorme potencial de expansão da produção (Jales, 2011).

Portanto, a liberalização dos mercados proveniente de um mundo globalizado e da formação de blocos regionais - alternativa encontrada pelos países para participar de forma mais ativa em uma economia cada vez mais competitiva -, promove todo e qualquer tipo de impacto nas nações que se submetem a essa mudança, podendo até mesmo gerar benefícios para os países que aceitaram essa nova realidade, inclusive àqueles pertencentes ao Mercosul.

No Brasil, a resposta dada pelo setor do agronegócio às imposições necessárias para o estabelecimento do Mercosul está refletida nos ótimos números observados na balança comercial do setor, que somente no ano de 2010 totalizou US\$ 63 bilhões de saldo.

Em suma, apesar da liberalização comercial advinda da constituição do Mercosul ter significado um aumento na competitividade dos produtos, fazendo com que produtores despreparados inicialmente fossem prejudicados com o acréscimo das importações; essa situação serviu, no âmbito do agronegócio brasileiro, para aumentar a produtividade do setor, melhorando o seu desempenho na balança comercial, e garantido o seu acesso a novos mercados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **O Brasil e os chamados blocos regionais**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação Seade, v. 16, n. 1, 2002, p. 30-36.

ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. **Mercosul & União Européia: estrutura jurídico-institucional**. 2 ed., 3 tir.. Curitiba: Juruá, 2002.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRANDÃO, Antonio Salazar P.; PEREIRA, Lia Valls (orgs.). **MERCOSUL: perspectivas da integração**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

CASELLA, Paulo Borba. **Mercosul: exigências e perspectivas: integração e consolidação de espaço econômico (1995 – 2001 - 2006)**. São Paulo: LTr, 1996.

CONTINI, E. **Dinamismo do agronegócio brasileiro**. Agronline.com.br. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=22>>. Acesso em: 12 de março de 2011.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; NONNENBERG, Marcelo José Braga. **Mercosul: integração regional e o comércio de produtos agrícolas**. IPEA. Texto para discussão nº 494. Julho de 1997.

DAVIS, J. H; Goldberg, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

FONSÊCA, Márcia Batista da. **Efeitos da liberação comercial sobre o agronegócio do Brasil 1994/2004**. Revista Análise, Porto Alegre: PUCRS, v. 18, n. 1, jan./jun. 2007, p. 36-50.

GARBARINO, Primavera; JANK, Marcos Sawaya; NASSAR, André Meloni. **Estratégias para o agronegócio no Mercosul ampliado**. Gestão & Produção, São Carlos: UFSCAR, v. 6, n. 3, 1999, p. 170-184.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JALES, Mario. **Inserção do Brasil no comércio internacional agrícola e expansão dos fluxos comerciais sul-sul**. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br>>. Acesso em: 03 abr. 2011.

LÍRIO, Viviani Silva; CAMPOS, Antônio Carvalho. **Do Mercosul à ALCA – Impactos sobre as cadeias do agronegócio brasileiro**. Viçosa: UFV, 2003.

MELLO, Flavia de Campos. **Política externa brasileira e os blocos internacionais**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação Seade, v. 16, n. 1, 2002, p. 37-43.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. **Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods**. Beverly Hills, CA: Sage, 1984.

NASCIMENTO, Katiucy L.; NASCIMENTO, Carlos A.; CARDOZO, Soraia A. **A dependência crescente do agronegócio para os saldos de comércio exterior brasileiro, 1998 a 2007**. In: CONGRESSO DA SOBER, XLVI, 2008, Rio Branco. Anais... Rio Branco: [s.n.], 2008.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **MERCOSUL no Cenário Internacional: Direito e Sociedade**, vol. 2. Curitiba: Juruá Editora, 1998.

PRAXEDES, Walter; PILETTI, Nelson. **O Mercosul e a sociedade global**. 12. Ed. São Paulo: Ática, 2002.

SEITENFUS, Ricardo. **Considerações sobre o Mercosul**. Estudos avançados, São Paulo: IEA da USP, vol. 6, n. 16, 1992, p. 117-131.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do MERCOSUL**. Brasília: IBRI, 2002.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da pesquisa**. Apostila elaborada para o curso de administração na modalidade a distância. Brasília: UnB, 2009.